



CAIXAGEST SELEÇÃO GLOBAL DEFENSIVO

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Relatório e Contas 2017

www.caixagest.pt



RELATÓRIO DE GESTÃO

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

Em 2017, assistiu-se a uma melhoria da conjuntura económica global, acompanhada por níveis de inflação baixos. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial registou um crescimento de 3,6%, em termos reais, o melhor resultado nos últimos três anos. A aceleração de 0,4 pontos percentuais (p.p.) face ao ano anterior deveu-se à melhoria observada quer no bloco desenvolvido, que registou um ritmo de expansão anual de 2,2%, quer no bloco emergente e em desenvolvimento, onde se assistiu a um incremento de 0,3 p.p. do ritmo de progressão do crescimento, para 4,2%, a primeira aceleração em sete anos.

No bloco desenvolvido, o comportamento das economias europeias destacou-se positivamente, devendo a respetiva taxa de crescimento ter alcançado um valor superior a 2,2%, o que corresponde a um máximo da última década, após uma progressão de 1,8% em 2016. O desemprego na região registou uma nova redução pelo quarto ano consecutivo. Nos EUA, apesar do crescimento económico do primeiro trimestre ter apresentado um desempenho modesto, à semelhança do que sucedeu nos últimos anos, a atividade melhorou significativamente nos trimestres seguintes.

	Taxas de variação (em %)				Taxas (em %)	
	PIB		Inflação (b)		Desemprego (b)	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
União Europeia (a)	2,0	2,4	0,3	1,7	8,6	7,8
Área do Euro	1,8	2,4	0,2	1,5	10,0	9,1
Alemanha	1,9	2,2	0,4	1,7	4,1	3,7
França	1,2	1,8	0,3	1,2	10,1	9,5
Reino Unido	1,9	1,8	0,7	2,7	4,8	4,5
Espanha	3,3	3,1	-0,3	2,0	19,6	17,4
Itália	0,9	1,5	-0,1	1,3	11,7	11,3
EUA	1,5	2,3	1,3	2,1	4,9	4,4
Japão	0,9	1,8	-0,1	0,4	3,1	2,9
Rússia	-0,2	1,8	7,0	4,2	5,5	5,5
China	6,7	6,8	2,0	1,8	4,0	4,0
Índia	7,1	6,7	4,5	3,8	n.d.	n.d.
Brasil	-3,5	1,1	8,7	3,7	11,3	13,1

(a) Comissão Europeia - fevereiro de 2018

(b) FMI: World Economic Outlook - janeiro de 2018, para países não europeus

n.d. - Não disponível

Em 2017, Produto Interno Bruto português registou o quarto ano consecutivo de expansão, que, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), se situou em 2,7% durante os três primeiros trimestres do ano, mais 1,2 p.p. do que o observado em igual período de 2016. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego de novembro de 2017 foi de 8,1%, valor que compara com 10,1% ao final de 2016 e que representa o registo mais baixo desde o último trimestre de 2008.

O bloco de economias dos países Emergentes registou uma aceleração da taxa de crescimento, após seis anos ininterruptos de arrefecimento, beneficiando do desempenho mais favorável da China, assim como da melhoria do crescimento verificado em outras importantes regiões emergentes, com destaque para a América Latina e Europa de Leste.

A inflação global registou em 2017 um aumento face ao ano anterior devido, sobretudo, ao efeito da evolução dos preços da energia que contribuiu para reverter os receios acerca dos níveis muito baixos verificados em 2016. De acordo com World Economic Outlook do FMI, o aumento da taxa de inflação resultou da aceleração do crescimento dos preços no bloco desenvolvido, +0,4 p.p., para 1,7%, enquanto no bloco emergente e em desenvolvimento se assistiu a um valor médio 4,2%, ligeiramente abaixo do observado em 2016.

Na zona Euro, a variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) permaneceu em terreno positivo ao longo de todo o ano, ao contrário do sucedido no ano anterior, tendo registado um crescimento de 1,5%, valor 1,3 p.p. acima do verificado em 2016. O IHPC português registou uma taxa de variação média anual de 1,4%, mais 0,8 p.p. do que o observado no ano anterior.

Apesar do Banco Central Europeu (BCE) ter reconhecido que os riscos em torno do crescimento económico se tornavam menos pronunciados, as taxas diretoras permaneceram inalteradas e em outubro foi inclusive decretada uma extensão, até setembro de 2018, da aquisição de títulos de dívida, ao abrigo do programa de alívio quantitativo, embora a partir do início deste ano o montante de aquisições tenha sido reduzido para metade (€30 mil milhões/mês).

No sentido oposto, a Reserva Federal dos EUA determinou três subidas da taxa de juro de referência de curto prazo (Fed funds), que se encontravam fixadas num intervalo entre 1,25% e 1,50%, no final de 2017. No Reino Unido, o Banco de Inglaterra decretou um incremento da sua taxa diretora de 0,25% para 0,50%, apenas no início de novembro, o primeiro aumento em 10 anos.

Após o referendo britânico ao Brexit e das eleições norte-americanas de 2016, o ano de 2017 encerrava num contexto de forte incerteza na esfera política. Contudo, o ano caracterizou-se por uma reduzida volatilidade das principais classes de risco, o que sugere uma maior ênfase dos investidores na conjuntura económica, tendencialmente favorável. O otimismo dos investidores encontrou ainda alicerces na recuperação das cotações da maioria das matérias-primas e da redução dos receios com os eventos geopolíticos.

A generalidade dos mercados acionistas mundiais mantiveram a tendência de valorização, evidenciada em anos anteriores, tendo o índice acionista MSCI Global registado o segundo ano consecutivo de valorização. Os índices de ações dos EUA alcançaram sucessivos máximos históricos, com valorizações superiores a 20%, assim como o índice japonês Topix. O Eurostoxx600 averbou um ganho de 7,7%, inferior aos 15,2% do PSI20 português e o índice MSCI para o bloco emergente alcançou uma valorização de 34,4%, o melhor resultado desde os 74,5% de 2009.

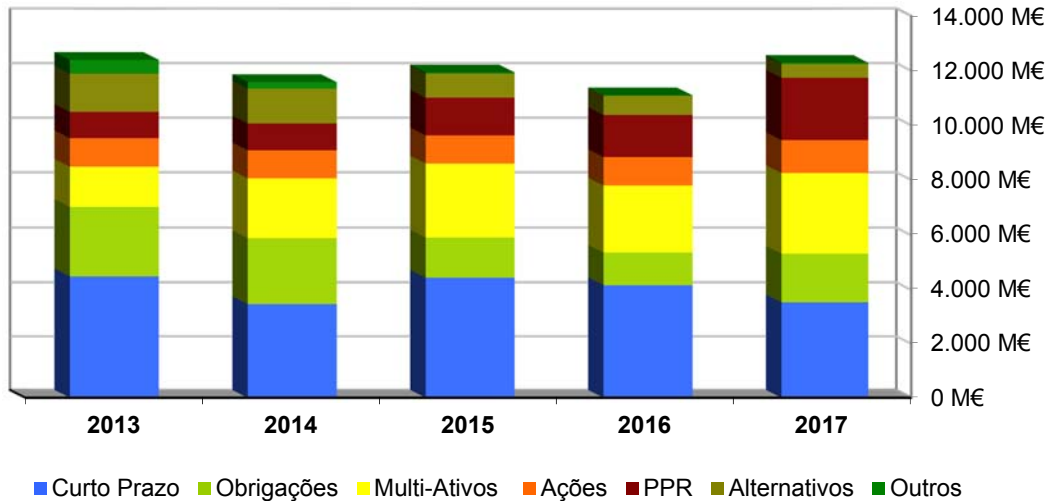
Em 2017, a taxa de rendibilidade da dívida pública norte-americana, a 10 anos, registou uma ligeira descida (-3,9 p.b.), tendo encerrado nos 2,40%. Nas economias europeias com qualidade creditícia mais elevada, as taxas de rendibilidade a 10 anos subiram 21,9 p.b. na Alemanha e 9,9 p.b. na França, atingindo, respetivamente, os valores de 0,42% e 0,78%, no final de dezembro. Nos países periféricos, o principal destaque foi para Portugal: após uma queda de 73,7 p.b. durante a primeira metade de 2017, as obrigações públicas nacionais a 10 anos, desceram 108,4 p.b. no segundo semestre, encerrando nos 1,94%. Em Espanha e em Itália, as condicionantes de ordem política levaram as taxas de rendibilidade a 10 anos a subir 18,3 p.b e 20,1 p.b., para 1,57% e 2,02%, respetivamente.

As taxas do mercado monetário da zona euro desceram ao longo do ano passado. As taxas Euribor registaram novos mínimos, acentuando os valores negativos. Em termos médios anuais, a Euribor a 1 mês, 3 meses, 6 meses e 12 meses registaram valores de -0,37%, -0,33%, -0,26% e -0,15%. A Eonia, por seu lado, continuou a apresentar registos muito próximos da taxa de depósito do BCE, sendo ainda de salientar os seus baixos níveis de volatilidade.

Apesar da contínua normalização da política monetária por parte da Reserva Federal e da forte aceleração do crescimento económico norte-americano, em 2017, o dólar registou uma depreciação em relação às restantes principais moedas de referência, principalmente em relação ao euro, 14,2%, mas também face à libra e ao iene, 9,5% e 3,7%, respetivamente. No final do ano, o dólar cotava a \$1,2005 face ao Euro.

MERCADO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO EM PORTUGAL

Em 2017, o valor dos fundos mobiliários portugueses recuperou das perdas registadas no ano anterior, situando-se em 12.292 Milhões de Euros no final de dezembro de 2017, o que correspondeu a um aumento de 10,7% face ao ano anterior.



Fonte: APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, de Pensões e Patrimónios

Os fundos de Curto Prazo continuam a representar o principal segmento de mercado, com uma quota de 29%, apesar do significativo número de resgates em 2017 ter baixado 15% o montante sob gestão. Em segundo lugar, por ordem decrescente de montante, permanecem os Fundos Multiativos, com uma quota de mercado de 24% e com um crescimento de 20% ao longo do ano. Em terceiro lugar, com 19%, o segmento dos fundos PPR, com um elevado número de subscrições que se saldaram num aumento de montante na ordem dos 48%.

O número de fundos mobiliários em atividade baixou de 174 para 154, seguindo uma tendência de racionalização da oferta e de concentração dos grupos bancários que se verifica desde 2011, data em que existiam 308 fundos mobiliários sob gestão nacional. Ao longo do ano em análise foram lançados 5 novos fundos, um dos quais, o fundo Caixagest Investimento Socialmente Responsável. E no mesmo período foram liquidados 10 fundos, sete dos quais pertencentes ao ex-Banif incorporado no Banco Santander, e foram fundidos 10 fundos, no âmbito de processos de racionalização da oferta das sociedades gestoras: Caixagest, da GNB e do Santander AM. Em 2017 foram ainda reembolsados 4 fundos, por término do período de duração, geridos pela Caixagest e pela MCO2.

No final do ano, as quatro maiores gestoras de fundos mobiliários portuguesas concentravam 91,9% do mercado, o que representou um aumento de 3,2 p.p. face ao ano anterior, resultante da incorporação da gestora Banif GA no Santander AM. A Caixagest manteve a liderança do mercado, com uma quota de 32,0%, seguido pelo BPI GA com 25,2%.

ATIVIDADE DO FUNDO

Caracterização

O CAIXAGEST SELEÇÃO GLOBAL DEFENSIVO - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (adiante designado por Fundo), iniciou a sua atividade em 20 de novembro de 2015 e é comercializado na Caixa Geral de Depósitos e no Banco Best. O Fundo tem como objetivo proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira de ativos constituída por fundos de investimento mobiliário diversificados por diferentes categorias e mercados, maioritariamente com exposição ao mercado de obrigações.

O Fundo investe nos mercados indicados na sua política de investimentos e o seu património é constituído por fundos de investimento mobiliário selecionados de acordo com categorias e mercados, com predominância nos mercados mais desenvolvidos, designadamente, nos europeus e norte-americano e, complementarmente, nos restantes mercados dos países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e de economias internacionalmente denominadas de emergentes. O Fundo investirá no mínimo 2/3 do seu valor líquido global em unidades de participação de fundos de investimento mobiliário abertos com diferentes graus de rendibilidade/risco. O investimento em ações, direta ou indiretamente, não excederá 20% do valor líquido global do Fundo.

Estratégia de investimento

Ao longo de 2017, a exposição do Fundo ao mercado acionista variou entre 10% e 20%. A geografia predominante nesta classe de ativos foi a Europa, diversificando-se para Estados Unidos (50%), economias emergentes (15%), outros países desenvolvidos não europeus (12%) no final do ano. Em Abril de 2017 aumentou-se a exposição aos mercados acionistas, o que representou um contributo positivo. Foram efetuados investimentos em obrigações de curta duração com o objetivo de proteger o Fundo de uma subida gradual dos níveis de taxas de juro. Este movimento foi sendo incrementado ao longo do ano.

Foi privilegiado o investimento em fundos com mais risco de crédito do que o patente no índice de referencia respetivo, o que contribuiu de forma positiva para a performance em virtude das valorizações ocorridas nesta classe.

A alocação ao mercado obrigacionista manteve-se estável durante o ano, ligeiramente acima de 80% da carteira. O investimento em dívida soberana, realizado através de fundos de obrigações, manteve-se em torno de 25%. No final do ano incrementou-se a exposição à classe obrigacionista americana em cerca de 5%. A manter-se o atual cenário económico e financeiro, não se perspetivam alterações ao perfil da carteira, que se deverá revelar adequado à persecução dos objetivos do fundo.

Avaliação do desempenho

Em 31 de dezembro de 2017, o valor líquido global do Fundo ascendia a 157.806.267,93 euros, repartidos por 30.686.513,5908 unidades de participação, detidas por 14.199 participantes. Nos últimos doze meses, o fundo teve uma rendibilidade de 2,04% e uma volatilidade de 1,46% (classe de risco 2).

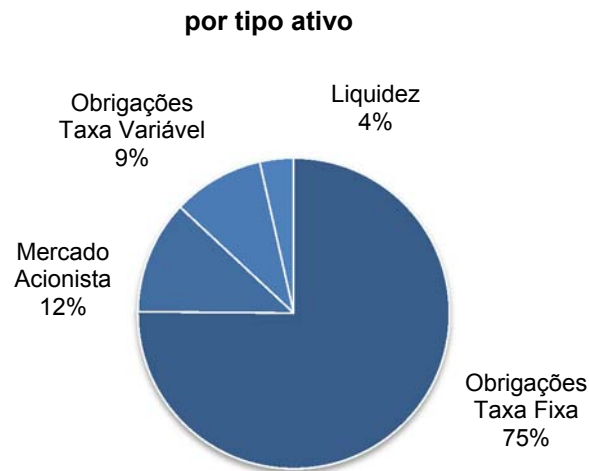
Demonstração do património

O quadro seguinte apresenta a demonstração do património em 31 de dezembro de 2017:

Valores em euros

Valores Mobiliários	154.038.447
Saldos bancários	17.214.026
Outros Ativos	174.371.820
Total dos Ativos	345.624.294
Passivo	-15.005.879
Valor Líquido de Inventário	157.806.268

Composição da Carteira a 31 de dezembro de 2017



O inventário da carteira de títulos encontra-se discriminado na Nota 3. das “Divulgações às demonstrações financeiras”.

Dados Históricos

valores em euros

Ano	Valor Líquido	Número de UPs	Valor UP	Rendibilidade	Classe de Risco
2015	11.210.821,60	2.255.400,8284	4,9707 €		
2016	90.679.394,30	17.991.488,6044	5,0401 €	1,40%	3
2017	157.806.267,93	30.686.513,5908	5,1425 €	2,04%	2

Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP).

A Rendibilidade e a Classe de Risco referem-se aos últimos doze meses. As rendibilidades divulgadas representam dados passados e não garantem rendibilidades futuras. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função da classe de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).

Valores em euros

	2015	2016	2017
Proveitos e Ganhos	835	3.243.096	11.473.010
Custos e Perdas	39.612	2.897.341	9.140.942
Resultado Líquido	-38.776	345.755	2.332.068

Impostos, Comissões e Taxas	2015	2016	2017
- Impostos	490	20.462	49.872
- Comissão de Gestão	6.222	342.060	916.567
- Comissão de Gestão variável	0	0	0
- Outras Comissões e taxas		246	372
- Comissão de Depósito	778	42.758	114.571
- Comissões e Taxas indiretas	0	166.909	445.564
- Taxa de Supervisão	0	6.281	16.499
- Custos de Auditoria	0	4.613	2.214
- Custos de Transação	0	0	38.326

Custos suportados pelos participantes	2015	2016	2017
- Comissões de Subscrição	0	0	0
- Comissões de Resgate	0	2.461	12.696

Lisboa, 28 de março de 2018

Sofia Marçal Teixeira Furtado Torres
Vogal do Conselho de Administração

Paula Cristina Cândido Geda
Vogal do Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO							CAPITAL E PASSIVO					
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31-12-2017			31-12-2016	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016	
			Bruto	Mv	mv/P	Líquido				Líquido		
CARTEIRA DE TÍTULOS							CAPITAL DO OIC					
21	Obrigações		-	-	-	-	61	Unidades de Participação	1	153.432.568	89.957.443	
22	Ações		-	-	-	-	62	Variações Patrimoniais	1	1.734.655	414.974	
23	Outros Títulos de Capital		-	-	-	-	64	Resultados Transitados	1	306.978	-38.777	
24	Unidades de Participação	3	153.070.829	1.094.118	126.500	154.038.447	65	Resultados Distribuídos		-	-	
25	Direitos		-	-	-	-	66	Resultados Líquidos do Exercício	1	2.332.068	345.755	
26	Outros Instrumentos de Dívida		-	-	-	-		TOTAL DO CAPITAL DO OIC		157.806.268	90.679.394	
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS		153.070.829	1.094.118	126.500	154.038.447						
OUTROS ACTIVOS							PROVISÕES ACUMULADAS					
31	Outros Ativos da Carteira		-	-	-	-	48	Provisões para Encargos		-	-	
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS		-	-	-	-	481	TOTAL PROVISÕES ACUMULADAS		-	-	
TERCEIROS							TERCEIROS					
411+...+418	Contas de Devedores	17	1.559.007	-	-	1.559.007	225.739	421	Resgates a Pagar a Participantes	17	171.777	41.088
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER		1.559.007	-	-	1.559.007	225.739	422	Rendimentos a Pagar a Participantes		-	-
DISPONIBILIDADES							423 Comissões a Pagar					
11	Caixa		-	-	-	-	-	423	Outras Contas de Credores	17	14.664.433	29.032
12	Depósitos à Ordem	3	17.214.026	-	-	17.214.026	5.929.684	43+12	Empréstimos Obtidos		-	-
13	Depósitos a Prazo e com pré-aviso		-	-	-	-	-	44	Pessoal		-	-
14	Certificados de Depósito		-	-	-	-	-	46	Acionistas		-	-
18	Outros Meios Monetários		-	-	-	-	-		TOTAL DOS VALORES A PAGAR		14.964.217	136.963
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES		17.214.026	-	-	17.214.026	5.929.684	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							55 Acréscimos de Custos					
51	Acréscimos de Proveitos		667	-	-	667	-	56	Receitas com Provento Diferido		-	-
52	Despesas com Custo Diferido		-	-	-	-	-	58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	41.115	-
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		-	-	-	-	554	59	Contas Transitórias Passivas		-	-
59	Contas Transitórias Activas		-	-	-	-	-		TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIF. PASSIVOS		41.661	-
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIF. ACTIVOS		667	-	-	667	554		TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO		172.812.147	90.816.358
	TOTAL DO ACTIVO		171.844.529	1.094.118	126.500	172.812.147	90.816.358	Valor Unitário da Unidade de Participação				
	Total do Nº de Unidades de Participação	1				30.686.514	17.991.489			1	5,1425	5,0401

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

DIREITOS SOBRE TERCEIROS					RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016
OPERAÇÕES CAMBIAIS					OPERAÇÕES CAMBIAIS				
911	À vista		-	-	911	À vista		-	-
912	A prazo (Forwards cambiais)		-	-	912	A prazo (Forwards cambiais)		-	-
913	Swaps cambiais		-	-	913	Swaps cambiais		-	-
914	Opções		-	-	914	Opções		-	-
915	Futuros		-	-	915	Futuros		-	-
	TOTAL		-	-		TOTAL		-	-
OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO					OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO				
921	Contratos a prazo (FRA)		-	-	921	Contratos a prazo (FRA)		-	-
922	Swap de taxa de juro		-	-	922	Swap de taxa de juro		-	-
923	Contratos de garantia de taxa de juro		-	-	923	Contratos de garantia de taxa de juro		-	-
924	Opções		-	-	924	Opções		-	-
925	Futuros		-	-	925	Futuros	12	54.385.377	-
	TOTAL		-	-		TOTAL		54.385.377	-
OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES					OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES				
934	Opções		-	-	934	Opções		-	-
935	Futuros	13	6.247.890	1.707.211	935	Futuros		-	-
	TOTAL		6.247.890	1.707.211		TOTAL		-	-
COMPROMISSOS DE TERCEIROS					COMPROMISSOS COM TERCEIROS				
942	Operações a prazo (reporte de valores)		-	-	941	Subscrição de títulos		-	-
944	Valores recebidos em garantia		-	-	942	Operações a prazo (reporte de valores)		-	-
945	Empréstimo de títulos		-	-	943	Valores cedidos em garantia		-	-
	TOTAL		-	-		TOTAL		-	-
	TOTAL DOS DIREITOS		6.247.890	1.707.211		TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		54.385.377	-
99	Contas de Contrapartida		54.385.377	-	99	Contas de Contrapartida		6.247.890	1.707.211

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS					PROVEITOS E GANHOS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016
CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES				
JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS					JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS				
712+713	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		-	-	812 + 813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		-	-
711+714+717+718	De Operações Correntes	5	1.178	-	811+814+817+818	De Operações Correntes	5	615	-
719	De Operações Extrapatrimoniais	5	3.102	82	819	De Operações Extrapatrimoniais	5	1.006	-
COMISSÕES E TAXAS					RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
722+ 723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	38.326	-	822+...+824/5	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	8.512	-
724+...+728	Outras, em Operações Correntes	5	1.048.009	391.345	829	De Operações Extrapatrimoniais		-	-
729	De Operações Extrapatrimoniais	5	11.130	1.059	GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				
PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS					Na Carteira de Títulos e Outros Ativos				
732 + 733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	5.378.486	2.187.407	832 + 833	Outras Operações Correntes	5	8.236.240	2.971.342
731+...+738	Outras, em Operações Correntes		-	-	831+838	Em Operações Extrapatrimoniais	5	-	-
739	Em Operações Extrapatrimoniais	5	2.608.426	292.374	839	Em Operações Extrapatrimoniais	5	3.226.637	269.293
IMPOSTOS					REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES				
7411 + 7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais	9	15	-	851	Para Riscos e Encargos		-	-
7412 + 7422	Impostos Indirectos	9	49.857	20.462	OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES				
7418 + 7428	Outros Impostos		-	-	87			-	2.461
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO				TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)				
751	Provisões para Encargos		-	-				11.473.010	3.243.096
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES		2.413	4.612	PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS				
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)			9.140.942	2.897.341	881	Recuperação de Incobráveis		-	-
CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS					882	Ganhos Extraordinários		-	-
781	Valores Incobráveis		-	-	883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		-	-
782	Perdas Extraordinárias		-	-	888	Outros proveitos e Ganhos Eventuais		-	-
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		-	-	TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)				
788	Outros Custos e Perdas Eventuais		-	-				-	-
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)			-	-	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se«0)				
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se«0)		2.332.068	345.755	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se«0)		-	-
TOTAL			11.473.010	3.243.096	TOTAL				
								11.473.010	3.243.096
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos E Outros Ativos		2.827.940	783.935	F-E	Resultados Eventuais		-	-
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais		604.985	-24.222	B+D-A-C+74	Resultados Antes de Impostos		2.332.083	345.755
B-A	Resultados Correntes		2.332.068	345.755	B+D-A-C	Resultado Líquido do Período		2.332.068	345.755

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Subscrição de unidades de participação		46.891.833	86.289.833
Subscrição de unidades de participação - fusão		4.660.939	-
Comissão de resgate		-	2.461
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Resgates de unidades de participação		40.091.376	7.125.927
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		11.461.396	79.166.367
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Venda de títulos e outros ativos da carteira		24.147.651	-
Resgates de unidades de participação noutros OIC		135.571.317	19.422.685
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira		8.512	-
Outros recebimentos relacionados com a carteira		-	-
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Compra de títulos e outros activos		52.486.973	-
Subscrições de unidades de participação noutros OIC		106.202.304	92.866.348
Comissões de Bolsa suportadas		-	-
Comissões de corretagem		38.317	-
Outras taxas e comissões		3.553	246
Outros pagamentos relacionados com a carteira		-	-
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros activos		996.333	-73.443.909
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Operações cambiais		2.873.508	-
Operações sobre cotações		-	-
Margem inicial em contratos de futuros e opções		599.820	-
Outras comissões		-	-
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Operações cambiais		2.898.379	-
Operações sobre cotações		-	-
Margem inicial em contratos de futuros e opções		650.000	250.000
Outras comissões pagas		-	-
Fluxo das operações a prazo e de divisas		-75.051	-250.000
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Juros de depósitos bancários		-	-
Outros recebimentos correntes		-	-
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Comissão de gestão		918.132	290.143
Comissão de depósito		115.303	36.268
Juros devedores de depósitos bancários		630	-
Imposto e taxas		61.626	17.016
Auditoria		2.645	3.075
Outros pagamentos correntes		-	-
Fluxo das operações de gestão corrente		-1.098.336	-346.502
OPERAÇÕES EVENTUAIS			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		-	-
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Perdas imputáveis a exercícios anteriores		-	-
Fluxo das operações eventuais		-	-
Saldo dos fluxos de caixa do período (A)		11.284.342	5.125.956
Efeito das Diferenças de Câmbio		-	-
Disponibilidades no início do período (B)	3	5.929.684	803.728
Disponibilidades no fim do período (C) = (B) + (A)	3	17.214.026	5.929.684

DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(montantes expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

O Caixagest Seleção Global Defensivo - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (adiante designado por “Fundo”) foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários a 6 de novembro de 2015, tendo iniciado a sua atividade em 20 de novembro de 2015.

Em 18 de dezembro de 2017, o Fundo foi objecto de uma fusão, tendo incorporado o Fundo Caixagest Estratégia Equilibrada.

O objetivo principal do Fundo é proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira de ativos constituída por fundos de investimento mobiliário diversificados por diferentes categorias e mercados, investindo maioritariamente com exposição a mercado de obrigações.

O Fundo poderá investir no mínimo 2/3 do seu valor líquido global em unidades de participação de fundos de investimento mobiliário abertos com diferentes graus de rendibilidade/risco, preferencialmente geridos pela CAIXAGEST - Técnicas de Gestão de Fundos SA. O Fundo pode ainda investir noutros fundos de investimento autorizados nos termos da Diretiva nº 2009/65/CE, do Conselho, de 13 de Julho. Até 1/3 do seu valor líquido global, o Fundo poderá investir em outros valores mobiliários, e poderá deter ativos de curto prazo, nomeadamente bilhetes do tesouro, certificados de depósito, depósitos bancários, papel comercial e aplicações nos mercados interbancários na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate de unidades de participação e a uma gestão eficiente do Fundo. O investimento em ações direta ou indiretamente não excederá 20% do valor líquido global do Fundo.

Os fundos nos quais este Fundo investe têm um nível máximo de comissão de gestão de 3%.

O Fundo não pode investir em fundos cujos documentos constitutivos não limitem a 10% o investimento em unidades de participação de fundos.

Por princípio o Fundo não utilizará instrumentos e produtos financeiros derivados para cobrir riscos de variação do preço dos ativos em carteira ou riscos de variabilidade dos rendimentos. No entanto, o Fundo poderá vir a efetuar a cobertura dos riscos mencionados, sempre que a gestão antecipe alterações das condições do mercado. Com o objetivo de obter uma exposição adicional aos diferentes mercados em que investe, o Fundo poderá transacionar contratos de futuros e opções sobre índices ou sobre valores mobiliários individuais. O Fundo poderá realizar operações de permuta de taxas de juro e de taxas de câmbio (swaps), celebrar acordos de taxas de juro, câmbios a prazo (FRA's e forwards) e poderá utilizar “credit default swaps”.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas numa ótica de continuidade e estão apresentadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano Contabilístico dos Organismos de Investimento Coletivo, emitido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência das competências que lhe foram atribuídas pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei nº 124/2015 de 7 de julho.

Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de Exercícios

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com a especialização do exercício, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento e pagamento.

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos.

b) Unidades de participação

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

Na valorização diária dos ativos que integram o património do Fundo, tendo em vista o cálculo do valor da unidade de participação a divulgar no dia útil seguinte, os preços aplicáveis e composição da carteira serão determinados às 17 horas de cada dia útil.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de subscrição se refere. O pedido de subscrição é realizado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de resgate se refere. O pedido de resgate é realizado a preço desconhecido.

c) Títulos

No que diz respeito ao critério valorimétrico dos títulos, os mesmos são valorizados de acordo com as regras estabelecidas no Prospeto do Fundo, as quais são descritas na Nota 4 do presente anexo. O critério valorimétrico para a saída de títulos de carteira utilizado foi o método de custeio FIFO.

d) Comissão de gestão

A comissão de gestão constitui um encargo do Fundo, a título de remuneração dos serviços de gestão de seu património que lhe são prestados pela Sociedade Gestora, sendo registada na rubrica de “Comissões”.

Assim, o Fundo paga à entidade responsável pela gestão uma comissão nominal fixa anual de 0,80%, calculada diariamente sobre o valor líquido global do Fundo antes de comissões e taxa de supervisão, e liquidada mensal e postecipadamente.

e) Comissão de depositário

Esta comissão destina-se a fazer face às despesas do banco depositário relativas aos serviços prestados ao Fundo.

O Fundo paga ao depositário uma comissão nominal fixa anual de 0,10%, calculada diariamente sobre o valor do património líquido do Fundo antes de comissões e taxa de supervisão, sendo liquidada mensal e postecipadamente.

f) Outros encargos

Para além dos encargos de gestão e de depósito, o Fundo suporta os encargos decorrentes das transações de valores efetuadas por sua conta, no quadro da política de investimentos estabelecida no Prospeto, designadamente: taxas de corretagem, de realização de operações de Bolsa ou fora de Bolsa, encargos fiscais, bem como os custos de auditoria obrigatórios.

Adicionalmente, o Fundo paga à CMVM uma taxa mensal, liquidada mensal e postecipadamente. Esta taxa é calculada sobre o património líquido do Fundo, correspondente ao último dia do mês.

g) Política de rendimentos

O Fundo não distribuirá rendimentos, sendo os mesmos capitalizados na totalidade.

h) Regime fiscal

O Decreto-Lei n.º 7/2015 entrou em vigor no dia 1 de julho de 2015, tendo sido estabelecido, no seu artigo 7.º, um regime transitório, a ser aplicado por referência a 30 de junho de 2015.

No que respeita a mais-valias e menos-valias, o regime transitório estabelece que as mais-valias e menos-valias que não respeitem a bens imóveis, adquiridos na vigência do anterior regime (até 30 de Junho de 2015) são apuradas e tributadas nos termos do anterior regime, considerando-se como valor de realização o seu valor de mercado à data de 30 de Junho de 2015, devendo o respetivo imposto ser entregue através de declaração Modelo 22 correspondente ao período em que os ativos sejam resgatados, reembolsados, amortizados, liquidados ou transmitidos, sendo a diferença entre o valor da contraprestação e o valor de mercado a 30 de Junho de 2015 tributada nos termos do novo regime.

A partir de 1 de Julho de 2015, o Fundo passou a ser tributado em IRC, à taxa geral prevista no Código do IRC (atualmente fixada em 21%), encontrando-se isento de derrama municipal e estadual.

O lucro tributável do Fundo corresponde ao resultado líquido do exercício, apurado de acordo com as normas contabilísticas legalmente aplicáveis, não sendo, em regra, considerados os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias, os gastos ligados aqueles rendimentos ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para o Fundo.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores, aplicando-se o disposto no n.º2 do artigo 52.º do Código do IRC.

O Fundo encontra-se sujeito a tributação autónoma às taxas previstas no Código do IRC.

O Fundo encontra-se igualmente sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC. (e.g. declaração Modelo 22 do IRC, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade).

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 6/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, desmaterializadas, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante o exercício de 2017 foi o seguinte:

	31-12-2016	Subscrições	Resgates	Outros	Res. líq. do exerc.	31-12-2017
Valor base	89.957.443	102.906.830	-39.431.705	-	-	153.432.568
Diferença p/ Valor Base	414.974	2.110.041	-790.360	-	-	1.734.655
Resultados transitados	-38.777	-	-	345.755	-	306.978
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	345.755	-	-	-345.755	2.332.068	2.332.068
	<u>90.679.394</u>	<u>105.016.871</u>	<u>-40.222.065</u>	<u>-</u>	<u>2.332.068</u>	<u>157.806.268</u>
Nº de unidades de participação	<u>17.991.489</u>	<u>20.581.366</u>	<u>-7.886.341</u>			<u>30.686.514</u>
Valor da unidade de participação	<u>5,0401</u>	<u>5,1025</u>	<u>5,1002</u>			<u>5,1425</u>

As subscrições do exercício de 2017 incluem 11.274.374 unidades de participação, no valor de 58.125.038 euros, relativas à fusão por incorporação do Fundo Caixagest Estratégia Equilibrada, ocorrida em 18 de dezembro de 2017.

O valor líquido global do Fundo, em termos globais e unitários, assim como o número de unidades de participação em circulação apresentaram a seguinte evolução:

Ano	Mês	VLGF	Valor da UP	N.º Ups em Circulação
2017	Mar	123.801.573	5,0472	24.528.621
	Jun	118.916.270	5,0801	23.408.139
	Set	110.092.838	5,1222	21.493.243
	Dez	157.806.268	5,1425	30.686.514
2016	Mar	20.786.493	4,9991	4.158.011
	Jun	37.760.410	5,0044	7.545.444
	Set	62.469.789	5,0808	12.295.302
	Dez	90.679.394	5,0401	17.991.489
2015	Dez	11.210.822	4,9707	2.255.401

A 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016 a divisão do número de participantes por escalão era a seguinte:

Escalões	31-12-2017	31-12-2016
UPs < 0,5%	14.198	7.539
0,5% ≤ UPs < 2%	1	3
2% ≤ UPs < 5%	-	-
5% ≤ UPs < 10%	-	-
10% ≤ UPs < 25%	-	-
UPs ≥ 25%	-	-
	14.199	7.542

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS, SUBSCRIÇÕES E RESGATES

Durante os exercícios de 2017 e 2016, o volume de transações efetuadas pelo fundo, por tipo de valor mobiliário, são os que se seguem:

	31-12-2017					
	Compras		Vendas		Total	
	Mercado	Fora Merc.	Mercado	Fora Merc.	Mercado	Fora Merc.
Unidades de Participação	52.486.973	106.183.821	24.147.651	135.571.317	76.634.623	241.755.138
Contratos de Futuros	1.238.631	-	1.029.815	-	2.268.446	-
	53.725.604	106.183.821	25.177.466	135.571.317	78.903.070	241.755.138

	31-12-2016					
	Compras		Vendas		Total	
	Mercado	Fora Merc.	Mercado	Fora Merc.	Mercado	Fora Merc.
Unidades de Participação	-	92.866.348	-	19.422.685	-	112.289.033
Contratos de Futuros	72.822	-	41.325	-	114.147	-
	72.822	92.866.348	41.325	19.422.685	114.147	112.289.033

Subscrições e resgates

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, no resgate de unidades de participação é cobrada ao participante uma comissão variável em função do prazo de detenção das unidades de participação de acordo com as seguintes regras:

- 1,0% até três meses;
- 0,5% de três a seis meses; e
- 0% para prazos superiores a seis meses.

Quando o participante for um fundo de fundos administrado pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A., não há lugar ao pagamento desta comissão. Adicionalmente, não são cobradas comissões de resgate.

No apuramento da comissão de resgate, é utilizado o método contabilístico FIFO, ou seja, as unidades de participação subscritas em primeiro lugar são as primeiras a ser consideradas para efeitos de resgate.

O proveito proveniente da comissão de resgate, reverteu a favor da Entidade Comercializadora do Fundo, a partir de dia 1 de novembro de 2016.

Durante os exercícios de 2017 e 2016, o valor das subscrições e dos resgates, bem como o valor das comissões de resgate cobradas aos participantes foram os seguintes:

	Valor		Comissão cobrada	
	31-12-2017	31-12-2016	31-12-2017	31-12-2016
Subscrições	105.016.871	86.289.833	-	-
Resgates	40.222.065	7.167.015	12.696	2.461

O valor das subscrições do exercício de 2017 inclui 58.125.038 euros relativo ao montante que foi incorporado com a fusão do Fundo Caixagest Estratégia Equilibrada, ocorrida em 18 de dezembro de 2017

3. INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

A 31 de Dezembro de 2017, a carteira do Fundo decompõe-se da seguinte forma:

	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Soma
2 - OUTROS VALORES				
2.1 - Val. Mobiliários Nacionais não Cotados				
2.1.3 - Obrigações diversas				
F. Fino 87 A	-	-	-	-
F. Fino 87 B	-	-	-	-
F. Fino 87 C	-	-	-	-
F. Fino 87 D	-	-	-	-
J. S. Gama 87	-	-	-	-
Tx L Correia 88 D	-	-	-	-
Tx L Correia 88	-	-	-	-
Ourahotel 89	-	-	-	-
Sub-Total:	-	-	-	-
2.1.4 - Acções				
FIMOVE INVESTIMENTOS	-	-	-	-
Sub-Total:	-	-	-	-

Decomposição da carteira do Fundo (continuação):

	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Soma
3 - UNIDADES DE PARTICIPACAO				
3.1 - OIC domiciliadas em Portugal				
CXG OBRIG. LG PRAZO	3.386.748	-	-6.766	3.379.982
CXG OBRIGAÇÕES	17.641.769	208.792	-	17.850.561
Sub-Total:	<u>21.028.517</u>	<u>208.792</u>	<u>-6.766</u>	<u>21.230.543</u>
3.2 - OIC domiciliados num Estado-membro da UE				
MS EUROCORP DURHED Z	4.836.875	177.224	-	5.014.099
PIONEER EUROLND EQ I	2	-	-	2
MUZIN ENHANCED - ST	14.778.696	303.278	-	15.081.974
ALLIANZ EURP EQ G-WT	738.785	53.556	-	792.340
SEYYOND EUR MIN VAR	1.903.744	-	-2.230	1.901.513
Schroder ISF Inv Gov	14.489.098	94.987	-	14.584.086
HSBC GIF Euro CrBond	388.106	10.402	-	398.508
Theadneedle Credit O	1	1	-	2
BLUEBAY INV GR EUR G	14.643.682	-	-37.873	14.605.809
NATIXIS SOUVERAINS	14.542.362	70.872	-	14.613.234
TROWE ROWE PRICE QR	3.272.988	-	-28.928	3.244.060
PARVEST BOND CORP	1.149.144	38.715	-	1.187.859
RAM LUX EMER EUR	1.685.572	10.764	-	1.696.335
ALLIANZ RCM EUR EQTY	773.561	12.055	-	785.616
GS Quartix Cmdty	1.289.784	21.669	-	1.311.453
FIDELITY FUNDS EMER	718.396	5.248	-	723.644
Janus Hend Horiz Eur	11	-	-	11
JPM EUR EQ-CA€	794.949	-	-979	793.971
PIONEER FDS-US AG BD	3.938.357	-	-3.013	3.935.344
MFS MER-US TOT RET	2.432.590	-	-12.163	2.420.427
INVESTEC GS EUR EQ	795.209	-	-	795.209
AXA WF EUR SD-I-XC€	14.930.076	66.265	-	14.996.340
ISHARES S&P 500 MONT	4.131.557	16.269	-	4.147.825
ISHARES EUR GOV BND	26.937.943	-	-34.451	26.903.492
ISH MSCI PAC EX-JPN	637.292	3.695	-	640.987
OSSIAM SHI CAPE USD	817.618	327	-	817.944
Sub-Total:	<u>130.626.397</u>	<u>885.326</u>	<u>-119.637</u>	<u>131.392.086</u>
3.3 - OIC domici. em Estados não membros UE				
ISHARES MSCI JAPAN I	1.415.915	-	-97	1.415.818
Sub-Total:	<u>1.415.915</u>	<u>-</u>	<u>-97</u>	<u>1.415.818</u>
Total	<u>153.070.829</u>	<u>1.094.118</u>	<u>-126.500</u>	<u>154.038.447</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, durante exercício de 2017 foi o seguinte:

	31-12-2016	Aumentos	Reduções	31-12-2017
Depósitos à ordem	5.929.684			17.214.026
	5.929.684	-	-	17.214.026

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os depósitos à ordem, por moeda, encontram-se domiciliados na sua totalidade na Caixa Geral de Depósitos:

	31-dez-17		31-dez-16	
	Moeda Original	Valor em euros	Moeda Original	Valor em euros
Caixa Geral de Depósitos				
EUR	16.979.034	16.979.034	5.929.684	5.929.684
USD	280.263	233.106	-	-
GBP	1.114	1.253	-	-
NOK	1.180	120	-	-
CHF	210	179	-	-
SEK	1.767	180	-	-
DKK	1.147	154	-	-
		17.214.026		5.929.684

4. CRITÉRIOS DE VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS

4.1 Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

Na valorização diária dos ativos que integram o património do Fundo, tendo em vista o cálculo do valor da unidade de participação a divulgar no dia útil seguinte, os preços aplicáveis e composição da carteira serão determinados às 17 horas de cada dia útil.

Na determinação da composição da carteira, são consideradas todas as transações efetuadas e confirmadas, até esse momento.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de subscrição se refere. O pedido de subscrição é realizado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de resgate se refere. O pedido de resgate é realizado a preço desconhecido.

4.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da unidade de participação

A valorização dos ativos integrantes do património do Fundo e o cálculo do valor da unidade de participação são efetuados de acordo com as normas legalmente estabelecidas, observando-se o seguinte:

- a) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mercado regulamentado são valorizados ao último preço verificado no momento de referência, difundido através da Bloomberg ou da Reuters.
- b) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mais do que um mercado regulamentado são valorizados aos preços praticados no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela entidade responsável pela gestão.
- c) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mercado regulamentado que não sejam transacionados nos 15 dias que antecedem a respetiva avaliação são equiparados a valores não negociados em mercado regulamentado, para efeitos de valorimetria.
- d) Os valores mobiliários não negociados em mercado regulamentado são valorizados ao valor de oferta de compra firme de entidades financeiras credíveis, obtidas diretamente ou difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters. Na impossibilidade da sua obtenção será utilizado o valor médio das ofertas de compra, difundidas pelos meios de informação especializados. Em qualquer dos casos não são elegíveis ofertas ou médias de ofertas que incluam valores de ofertas de entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- e) As unidades de participação, quando não for possível aplicar as alíneas a) e b), são avaliadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade responsável pela gestão;
- a. desde que a data de divulgação do mesmo não diste mais de 3 meses da data de referência; ou
 - b. desde que, distando a data de divulgação do mesmo mais de 3 meses da data de referência, tal valor é o que reflete o justo valor atendendo às especificidades dos fundos de investimento mobiliário em que o Fundo invista.
- f) As posições cambiais são avaliadas em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência de valorização da carteira difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters, ou pelo Banco de Portugal.
- g) Os instrumentos financeiros derivados OTC são valorizados ao valor de oferta de compra ou venda firme (consoante se trate, respetivamente, de posições longas ou curtas) de entidades financeiras credíveis, obtidas diretamente ou difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters. Na impossibilidade da sua obtenção será utilizado o valor médio das ofertas de compra ou venda (consoante se trate, respetivamente, de posições longas ou curtas), difundidas pelos meios de informação especializados. Em qualquer dos casos não são elegíveis ofertas ou médias de ofertas que incluam valores de ofertas de entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- h) Na impossibilidade da aplicação das alíneas d) ou g), a entidade responsável pela gestão recorre à aplicação de modelos teóricos que considere mais apropriados atendendo às características do ativo, sem prejuízo dos casos particulares abaixo indicados:
- a. Tratando-se de instrumentos financeiros em processo de admissão a um mercado regulamentado, pode a entidade responsável pela gestão adotar critérios que tenham por base a avaliação de instrumentos financeiros da mesma espécie emitidos pela mesma entidade e que se encontrem admitidos à negociação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões;

b. Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:

- i. os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;
- ii. a detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;
- iii. se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.

c. Tratando-se de contratos forwards cambiais, serão considerados para o apuramento do seu valor, a respetiva taxa de câmbio spot, as taxas de juro a prazo das respetivas moedas e o prazo remanescente do contrato.

5. COMPONENTES DOS RESULTADOS DO FUNDO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os proveitos decorrentes das posições detidas nos mercados a contado e a prazo têm a seguinte decomposição:

Natureza	31-12-2017						
	Ganhos de Capital			Ganhos com Carácter de Juro		Rendimento de Títulos	Soma
	Mais Valias Potenciais	Mais Valias Efectivas	Soma	Juros vencidos	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Unidades de participação	5.359.796	2.876.444	8.236.240	-	-	8.512	8.512
Depósitos	-	-	-	615	-	-	615
Cambiais	2	-	2	-	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO							
Taxa de Juro							
Futuros	-	459.521	459.521	1.006	-	-	1.006
Cotações							
Futuros	-	2.767.114	2.767.114	-	-	-	-
	<u>5.359.798</u>	<u>6.103.079</u>	<u>11.462.877</u>	<u>1.621</u>	<u>-</u>	<u>8.512</u>	<u>10.133</u>
Natureza	31-12-2016						
	Ganhos de Capital			Ganhos com Carácter de Juro		Rendimento de Títulos	Soma
	Mais Valias Potenciais	Mais Valias Efectivas	Soma	Juros vencidos	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Unidades de participação	2.468.606	502.736	2.971.342	-	-	-	-
Cambiais	-	3.836	3.836	-	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cambiais							
Futuros	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de Juro							
Futuros	-	92.607	92.607	-	-	-	-
Cotações							
Futuros	-	172.850	172.850	-	-	-	-
	<u>2.468.606</u>	<u>772.029</u>	<u>3.240.635</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os custos decorrentes das posições detidas nos mercados a contado e a prazo, bem como as comissões suportadas pelo Fundo têm a seguinte decomposição:

31-12-2017						
Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		Soma
	Menos Valias Potenciais	Menos Valias Efectivas	Soma	Jur. vencidos e Comissões	Juros decorridos	
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Unidades de participação	4.705.473	673.013	5.378.486	-	-	-
Depósitos	-	-	-	1.178	-	1.178
Cambiais	72.806	-	72.806	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO						
Taxa de Juro						
Futuros	-	406.725	406.725	3.102	-	3.102
Cotações						
Futuros	-	2.128.895	2.128.895	-	-	-
COMISSÕES						
De Gestão	-	-	-	916.567	-	916.567
De Depósito	-	-	-	114.571	-	114.571
Da Carteira de Títulos	-	-	-	38.326	-	38.326
De Supervisão	-	-	-	16.499	-	16.499
De OpExtrapatrimoniais	-	-	-	11.130	-	11.130
Outras Comissões	-	-	-	372	-	372
	<u>4.778.279</u>	<u>3.208.633</u>	<u>7.986.912</u>	<u>1.101.745</u>	<u>-</u>	<u>1.101.745</u>

31-12-2016						
Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões		Soma
	Menos Valias Potenciais	Menos Valias Efectivas	Soma	Jur. vencidos e Comissões	Juros decorridos	
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Ações e Direitos	-	-	-	-	-	-
Unidades de participação	2.124.024	63.383	2.187.407	-	-	-
Depósitos	-	-	-	-	-	-
Cambiais	-	-	-	82	-	82
OPERAÇÕES A PRAZO						
Taxa de Juro						
Futuros	-	183.070	183.070	-	-	-
Cotações						
Futuros	-	109.304	109.304	-	-	-
COMISSÕES						
De Gestão	-	-	-	342.060	-	342.060
De Depósito	-	-	-	42.758	-	42.758
Da Carteira de Títulos	-	-	-	-	-	-
De Supervisão	-	-	-	6.281	-	6.281
De OpExtrapatrimoniais	-	-	-	1.059	-	1.059
Outras Comissões	-	-	-	246	-	246
	<u>2.124.024</u>	<u>355.757</u>	<u>2.479.781</u>	<u>392.486</u>	<u>-</u>	<u>392.486</u>

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos suportados pelo Fundo durante os exercícios de 2017 e 2016 foram os seguintes:

	31-12-2017	31-12-2016
Impostos Sobre o Rendimento de Capitais		
Pagos em Portugal		
Juros	15	-
	<u>15</u>	<u>-</u>
Impostos indiretos		
Pagos em Portugal		
Imposto do selo	49.857	20.462
	<u>49.857</u>	<u>20.462</u>
	<u>49.872</u>	<u>20.462</u>

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

A 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016, o Fundo detinha os seguintes valores em moeda estrangeira:

31-12-2017						
Moedas	À vista	A Prazo			Total a Prazo	Posição Global
		Futuros	Forward	Opções		
USD	4.274.166	-	-	-	-	4.274.166
CHF	210	-	-	-	-	210
DKK	1.147	-	-	-	-	1.147
GBP	1.114	-	-	-	-	1.114
NOK	1.180	-	-	-	-	1.180
SEK	1.767	-	-	-	-	1.767
Contravalor €	<u>3.556.878</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.556.878</u>

31-12-2016						
Moedas	À vista	A Prazo			Total a Prazo	Posição Global
		Futuros	Forward	Opções		
USD	105.630	-	-	-	-	105.630
Contravalor €	<u>100.095</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.597.545</u>

Naquelas datas, não existiam operações de cobertura de risco cambial em aberto.

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

A 31 de dezembro de 2017, o total de ativos de taxa de juro fixa detidos diretamente pelo Fundo, bem como os de instrumentos financeiros derivados sobre operações de taxa de juro, decompõem-se pelos seguintes prazos residuais até à maturidade:

Maturidades	31-12-2017				Saldo
	Montante em Carteira	Extra-Patrimoniais			
		Swaps	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	-	-
de 1 a 3 anos	-	-	-30.569.175	-	-30.569.175
de 3 a 5 anos	-	-	-9.475.920	-	-9.475.920
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-14.340.282	-	-14.340.282
	-	-	-54.385.377	-	-54.385.377

A 31 de dezembro de 2016 o Fundo não detinha diretamente ativos de taxa de juro fixa, nem instrumentos financeiros derivados deste tipo.

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Fundo apresentava os seguintes valores de carteira de ações, operações extrapatrimoniais realizadas e posição de risco não coberta:

	31-12-2017			SALDO
	Montante (€)	Extra - Patrimoniais		
		Futuros	Opções	
Ações e Direitos	-	6.247.890	-	6.247.890
	-	6.247.890	-	6.247.890

	31-12-2016			SALDO
	Montante (€)	Extra - Patrimoniais		
		Futuros	Opções	
Ações e Direitos	-	1.707.211	-	1.707.211
	-	1.707.211	-	1.707.211

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2017		31-12-2016	
	Valor	% VLGF *	Valor	% VLGF *
Comissão de Gestão	916.567	0,8000%	342.060	0,8022%
Comissão de Depósito	114.571	0,1000%	42.758	0,1003%
Taxa de Supervisão	16.499	0,0144%	6.284	0,0147%
Custos de Auditoria	2.214	0,0019%	4.613	0,0108%
Outros Custos Correntes	-	-	-	-
Comissões indirectas	523.493	0,3889%	167.244	0,3922%
	<u>1.573.344</u>		<u>562.959</u>	
Valor Médio Global do Fundo	<u>114.565.098</u>		<u>42.638.585</u>	
Taxa Encar. Correntes (TEC)	<u>1,3733%</u>		<u>1,3203%</u>	

* Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência.

Saliente-se que, o cálculo da taxa de encargos correntes de um Fundo que estime investir mais de 30% do seu valor líquido global noutros fundos, inclui as taxas de encargos correntes dos fundos em que invista. Por outro lado, a taxa de encargos correntes não inclui os seguintes encargos: (i) componente variável da comissão de gestão; (ii) custos de transação não associados à aquisição, resgate ou transferência de unidades de participação; (iii) juros suportados; e (iv) custos relacionados com a detenção de instrumentos financeiros derivados.

17. OUTROSTerceiros - Ativo

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Terceiros - Ativo		
Devedores		
Operações em Futuros sobre Cotações		
Margem	1.559.007	225.739
	<u>1.559.007</u>	<u>225.739</u>

Terceiros - Passivo

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Terceiros - Passivo		
Resgates a pagar a participantes	171.777	41.088
Comissões a pagar		
Entidade Gestora	102.859	57.887
Entidade Depositária	13.152	7.236
Autoridade de Supervisão	3.819	1.206
Outras Entidades	8.177	514
	<u>128.007</u>	<u>66.843</u>
Outras Contas de Credores		
Estado e Outros Entes Públicos		
Imposto sobre o rendimento	635	-
Imposto de selo	17.902	9.011
Operações Regularização Compra de Títulos		
Operações em mercado	14.643.682	18.483
Outros Valores a Pagar		
Auditoria	2.214	1.538
	<u>14.664.433</u>	<u>29.032</u>
	<u>14.964.217</u>	<u>136.963</u>

Acréscimos e diferimentos - Passivo

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Acréscimos e Diferimentos - passivo		
Acréscimos de custos		
Juros e custos equiparados a liquidar	546	-
Outros acréscimos e diferimentos		
Ajustamentos de margem	41.115	-
	<u>41.661</u>	<u>-</u>

18. CUSTOS EFETIVOS DE PESSOAL AO SERVIÇO DA SOCIEDADE GESTORA

Dando cumprimento ao exigido do n.º2 do art.º 161 do RGOIC, apresenta-se de seguida o montante total de remunerações do exercício de 2017 suportadas pela Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.:

	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Remunerações fixas:		
Orgão de gestão	234 331	347 575
Empregados	3 484 477	3 560 033
	<u>3 718 808</u>	<u>3 907 608</u>
Remunerações variáveis:		
Orgão de gestão	-	-
Empregados	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Nº Colaboradores remunerados:		
Orgão de gestão	3	4
Empregados	90	89
	<u>93</u>	<u>93</u>

RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Caixagest Seleção Global Defensivo - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto** (adiante também designado simplesmente por Fundo), gerido pela sociedade gestora Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (adiante também designada simplesmente por Entidade Gestora), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 172 812 147 euros e um total de capital do Fundo de 157 806 268 euros, incluindo um resultado líquido de 2 332 068 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as divulgações que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Caixagest Seleção Global Defensivo - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização dos ativos mobiliários	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 89% do ativo, sendo a sua valorização diária determinada pela cotação dos respetivos títulos em carteira, representando as menos-valias e mais-valias potenciais uma parte significativa dos custos e proveitos reconhecidos no período. Assim, a verificação das cotações e a validação das metodologias de valorização constitui uma área significativa de auditoria. Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos na nota 4 das Divulgações.</p>	<p>Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira. Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira e do cálculo das respetivas mais e menos-valias potenciais, com base nas cotações oficiais.</p>
2. Cumprimento de regras e limites legais e regulamentares	
<p>A confirmação do cumprimento das regras e limites previstos no Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, nos Regulamentos da CMVM e no Regulamento de Gestão do Fundo assume uma particular importância na auditoria, com potencial impacto na autorização do Fundo e na continuidade das suas operações.</p>	<p>Analisámos os procedimentos e ferramentas de controlo do cumprimento das regras e limites legais e das políticas de investimento do Fundo. Recalculámos os limites legais e regulamentares e verificámos o impacto de eventuais situações de incumprimento reportadas nesses mapas, incluindo a verificação da comunicação/ autorização da CMVM em caso de incumprimento.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em

fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos

e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

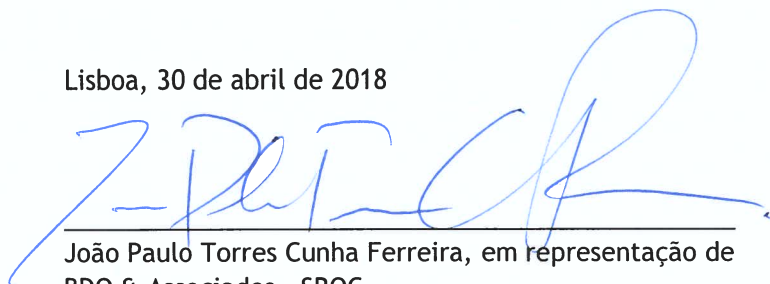
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos nomeados auditores do Fundo, pela Entidade Gestora, para um mandato compreendido entre 2017 e 2020.
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora em 30 de abril de 2018.
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria.
- (v) Informamos que, para além da auditoria às demonstrações financeiras anuais, prestámos ao Fundo serviços no âmbito da fusão, por incorporação, do Caixagest Estratégia Equilibrada - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto no Caixagest Seleção Global Defensivo - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, os quais, nos termos do artigo 33º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, devem ser assegurados pelo auditor do Fundo.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 30 de abril de 2018

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'J. Paulo Torres Cunha Ferreira', written over a horizontal line.

João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de
BDO & Associados - SROC
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 20161384)